1 — É nomeado representante do Ministro de Estado e das Finanças, como vogal efectivo da comissão de avaliação de propostas do concurso de parceria público-privada relativo ao Hospital Central do Algarve, o Dr. Luís Pedro Pisco Vicente, para substituir, nessa qualidade, o Prof. Doutor Rui Sousa Monteiro.

2 — O presente despacho produz efeitos em 1 de Setembro de 2010.

23 de Setembro de 2010. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina,* Secretário de Estado do Tesouro e Finanças. — Pela Ministra da Saúde, *Óscar Manuel de Oliveira Gaspar,* Secretário de Estado da Saúde.

203931524

### Despacho n.º 17268/2010

A comissão de avaliação de propostas do concurso da parceria público-privada relativo ao Hospital de Lisboa Oriental foi nomeada pelo despacho n.º 10 926-B/2008, dos Ministros de Estado e das Finanças e da Saúde, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 73, de 14 de Abril de 2008.

Considerando que o vogal efectivo Prof. Doutor Rui Sousa Monteiro assumirá funções num organismo internacional, torna-se necessário proceder, nessa qualidade, à sua substituição na supracitada comissão.

1 — É nomeado representante do Ministro de Estado e das Finanças como vogal efectivo da comissão de avaliação de propostas do concurso de parceria público-privada relativo ao Hospital de Lisboa Oriental o Dr. Luís Pedro Pisco Vicente, para substituir, nessa qualidade, o Prof. Doutor Rui Sousa Monteiro.

2 — O presente despacho produz efeitos em 1 de Setembro de 2010.

23 de Setembro de 2010. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina,* Secretário de Estado do Tesouro e Finanças. — Pela Ministra da Saúde, *Óscar Manuel de Oliveira Gaspar,* Secretário de Estado da Saúde,

203931532

## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### Secretaria-Geral

### Despacho n.º 17269/2010

De acordo com o disposto nos n.os 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual, foi aberto procedimento concursal e procedeu-se à publicação do processo de selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, no *Diário da República* n.º 157, 2.ª série de 13 de Agosto de 2010, no Jornal Diário de Notícias do dia 16 de Agosto e na Bolsa de Emprego Público sob o Código de Oferta n.º OE201008/0577.

Cumpridas as formalidades legais e concluídas as operações de selecção, o Júri propôs, como resultado do respectivo processo de selecção e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual, para desempenhar o cargo a concurso, o Licenciado Fernando António de Sousa Antunes.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri na acta final que integra o procedimento concursal e que resultam, designadamente, dos métodos de selecção aplicados, considero que o referido candidato possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no aviso de abertura do concurso, tal como se evidencia na síntese curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

Assim:

1 — Considerando a proposta do Júri, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, para o cargo de Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, o Licenciado Fernando António de Sousa Antunes, nos termos dos n.os 9, 10 e 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual;

2 — O nomeado fica autorizado a optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual;

3 — O presente despacho produz efeitos a 14 de Outubro de 2010.

Lisboa, 14 de Outubro de 2010. — O Secretário-Geral, *José de Barros.*

**Nota curricular**

I — Identificação:

Nome — Fernando António de Sousa Antunes.

II — Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito — Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (1984 -1989).

III — Experiência profissional:

Oficial do Exército em regime de contrato/assessor jurídico na Divisão de Pessoal do Estado-Maior-General das Forças Armadas e Direcção-Geral de Pessoal e Infra-Estruturas, do Ministério da Defesa Nacional;

Técnico superior da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, do Ministério da Defesa Nacional -actualmente técnico superior (ex-assessor principal) desta Direcção-Geral;

Chefe da Divisão Técnico-Jurídica, da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, do Ministério da Defesa Nacional;

Chefe da Divisão de Incentivos à Prestação de Serviço Militar, da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, do Ministério da Defesa Nacional;

Chefe da Divisão de Pessoal e Expediente Geral, da Direcção-Geral de Viação, do Ministério da Administração Interna;

Director de Serviços de Administração, da Direcção-Geral de Viação, do Ministério da Administração Interna;

Director da Unidade de Recursos Humanos da Autoridade Nacional do Medicamento, I. P., do Ministério da Saúde;

Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral, do Ministério da Defesa Nacional (em regime de substituição desde 20.02.2010)

IV — Formação profissional: Legislação Laboral, IEFP, 1992, 90 horas;

Gestão e Organização de Empresas, IEFP, 1993, 531 horas;

Gestão de Conflitos e Técnicas de Negociação, INA, 1993, 60 horas;

Código do Procedimento Administrativo, INA, 1994, 12 horas;

Concepção e Gestão de Projectos, INA, 1994, 60 horas;

Contencioso Administrativo, INA, 1995, 21 horas;

Comunicação nas Organizações Contemporâneas, INA, 1996, 90 horas;

Estruturas Organizacionais, Sistemas e Métodos, INA, 1997, 60 horas;

Técnicas de Mudança Cultural na Administração Pública, INA, 1998, 60 horas;

Eficácia Pessoal do Gestor Público, INA, 1999, 39 horas;

A Administração Pública e o Seu Regime Jurídico, INA, 2002, 30 horas;

Concurso de Pessoal na Administração Pública, INA, 2002, 30 horas;

Direito das Contra-Ordenações, DGV, 2003, 24 horas;

A Reforma do Contencioso Administrativo, CEDREL, 2004, 12 horas;

Formação SIADAP, INA, 2004, 7 horas;

Seminário de Alta Direcção — Lei n.º 2/2004, INA, 2005, 40 horas;

CAF — Estrutura Comum de Avaliação das Administrações Públicas Europeias, DGV, 2005, 7 horas;

Operacionalização do Estatuto do Pessoal Dirigente, INA, 2005, 8 horas;

SIADAP — Técnica de Entrevista de Avaliação de Desempenho, SINASE, 2005, 6 horas;

SIADAP — A Aplicação Prática, NPF, 2006, 10 horas;

Mobilidade na Função Pública, NPF, 2006, 10 horas e 30 minutos;

Procedimento Concursal na Administração Pública, 2009.

Lisboa, 14 de Outubro de 2010.

203931354

### Despacho n.º 17270/2010

De acordo com o disposto nos n.os 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual, foi aberto procedimento concursal e procedeu-se à publicação do processo de selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, Director de Serviços de Coordenação dos Sistemas de Informação/Tecnologias de Informação e Comunicação e do Sistema Integrado de Gestão, da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, no *Diário da República* n.º 157, 2.ª série de 13 de Agosto de 2010, no Jornal Diário de Notícias do dia 16 de Agosto e na Bolsa de Emprego Público sob o Código de Oferta n.º OE201008/0571.

Cumpridas as formalidades legais e concluídas as operações de selecção, o Júri propôs, como resultado do respectivo processo de selecção e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual, para desempenhar o cargo a concurso, o COR António Manuel Rosa Salvado.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri na acta final que integra o procedimento concursal e que resultam, designadamente, dos métodos de selecção aplicados, considero que o referido candidato possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no aviso de abertura do concurso, tal como